

Bolsonaro vence ações, mas Covid ainda é ameaça

Ex-presidente coleciona 12 arquivamentos em 14 processos que foram direcionados à primeira instância após saída do Palácio do Planalto. Casos mais graves, no entanto, seguem no Supremo, e Gonet reavalia material de CPI sobre pandemia

DANIEL GULLINO
com reportagem especial de
matéria

Um ano após deixar a Presidência e ter pedidos de investigação contra ele enviados à primeira instância, Jair Bolsonaro tem conseguido vitórias judiciais. Das 14 ações que deixaram o Supremo Tribunal Federal (STF), 12 foram arquivadas nos últimos meses. O ex-presidente, no entanto, segue alvo de ao menos cinco inquéritos no STF, como os ataques do 8 de janeiro e a investigação sobre as joias que recebeu de presente, além de oito ações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O procurador-geral da República, Paulo Gonet, por sua vez, disse que vai renunciar o material apresentado pela CPI da Covid, o que pode afetar Bolsonaro.

Das ações penais nas quais ele era réu por injúria e incitação ao crime de estupro preservaram. Foram rejeitadas ainda sete notícias-crime ou representações criminais que pediam para o ex-presidente ser investigado pelo 7 de Setembro de 2021, por racismo e por preparação ao atentado de uma notificação com o bloqueio Allan dos Santos.

Também foram recusadas duas queixas-crime apresentadas por opositores, por difamação e injúria. Um pedido de inquérito apresentado pela Polícia Federal

ral (PF), para avaliar a suspeita de uso indevido de imagens de crianças e adolescentes durante a campanha eleitoral, não prosperou.

CASOS EM ABERTO

Além do STF e do TSE, outros casos contra Bolsonaro seguem tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Acre. Além disso, Gonet afirmou à colunaista do GLOBO Miriam Leitão que o órgão vai checar novamente o conteúdo apresentado pela CPI da Covid, o que pode respingar em Bolsonaro. Agosto anterior da PCR, de Augusto Aras, havia pedido o arquivamento da maioria das apurações preliminares abertas contra o ex-presidente e aliados a partir do relatório da comissão parlamentar de inquérito.

As ações penais foram abertas em 2016, por ele ter dito que a deputada Mariado Rosário (PT-RS) "não merecia ser estupro" por ser "muito feia". A transcrição foi paralisada por decisão do STF.

Sete de Setembro
Quatro pedidos de



Vitória. Entre as ações contra Bolsonaro que preservaram está a que ele era réu por incitação ao crime de estupro

Acusações que não prosperaram

Incitação ao estupro
Bolsonaro disse que a deputada Mariado Rosário (PT-RS) "não merecia ser estupro" por ser "muito feia". A transcrição foi paralisada por decisão do STF.

Racismo
O Judiciário rejeitou duas ações que pediam para Bolsonaro ser investigado por racismo, por ter

investigação sobre o 7 de Setembro de 2021 foram arquivados. Bolsonaro disse que não iria mais cumprir decisões de Alexandre de Moraes, do STF, e recuou depois. A Justiça considerou "meras bravatas".

Sete de Setembro
Quatro pedidos de

durante o mandato presidencial de Bolsonaro, com isso, as acusações preservaram. Quatro pedidos de investigação sobre o 7 de Setembro

afirmado que um apoiador pesava sete "arrozinhos". Alegação foi que o STF já havia negado uma denúncia por uma declaração semelhante.

Injúria
Uma queixa-crime apresentada pela ex-presidente Dilma Rousseff não prosperou. Ela dizia ter sido vítima de injúria por ser comparada a uma "cafetina".

de 2021 foram arquivados. Bolsonaro disse que não iria mais cumprir decisões de Alexandre de Moraes, do STF, e recuou depois. A Justiça consi-

Segundo a decisão judicial, a fala ocorreu em "tom de crítica, não ofensa".

Crianças e armas
Uma notícia-crime encaminhada pela PF ao STF envolvia o suposto uso de imagens de crianças em situações que incitavam o uso de armas. O caso chegou a ser enviado ao TRE de Brasília, mas foi encerrado.

deram "meras bravatas". O Judiciário rejeitou duas ações que pediam para Bolsonaro ser investigado por racismo, por ter dito que um apoiador

pesava sete "arrozinhos". A alegação foi que o STF já havia negado uma denúncia semelhante. Duas queixas-crime não prosperaram. Em uma, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) dizia ter sido vítima de injúria por ser comparada a uma "cafetina". Segundo a decisão judicial, a fala ocorreu em "tom de crítica, não ofensa".

Já o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), se disse alvo de difamação, pelo então presidente ter insinuado que ele pressionou pela liberação da vacina Covaxin. Para a Justiça, a intenção foi mais de criticar do que difamar.

Uma notícia-crime encaminhada pela PF ao STF envolvia o suposto uso de imagens de crianças em situações que incitavam o uso de armas. O caso chegou a ser enviado ao TRE de Brasília, mas foi encerrado.

No STF, Bolsonaro é investigado em cinco inquéritos. Os principais são os milícias digitais, que inclui as suspeitas de venda de joias e de fraude no cartão de vacina, e a incitação ao 8 de janeiro. Outras investigações incluem declarações falsas sobre a pandemia, vazamento de um inquérito sigiloso e interferência na PF. O ex-presidente nega todas as acusações. Já na Justiça Eleitoral do Acre, segue uma investigação sobre uma declaração de Bolsonaro em 2018 sobre "fuzilar a petralhada".



Gonet. Reavaliação de acusações relativas à pandemia

Prima do ex-presidente é cotada para secretaria de Tarcísio

Deputada estadual assumiria vaga de Sonaira Fernandes, que deixará pasta da Mulher para disputar as eleições municipais

Parlamentares da bancada bolsonarista da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) trabalham para em-

placar o nome da deputada estadual Valéria Bolsonaro (PL) na Secretaria de Políticas para a Mulher do governo

Tarcísio de Freitas (Republicanos). A atual titular da pasta, Sonaira Fernandes (Republicanos) — que também endossa a escolha —, deve deixar o posto para disputar a eleição na Câmara Municipal paulistana, de onde se licenciou no ano passado.

Em entrevista à TV Globo veiculada na terça-feira, Tarcísio disse que deve haver trocas em duas secretarias: além da pasta de Sonaira, há a de Desenvolvimento Social (Gilberto Nascimento Júnior). Mas integrantes do governo esperam ainda mudanças na pasta de Esportes. Isso porque a secretária Helena Reis, também filiada ao Republicanos, deve deixar o Palácio dos Bandeirantes para disputar a prefeitura de São José do Rio Preto (SP).

— Gostaria muito que a deputada Valéria Bolsonaro assumisse a pasta. Ela é próxi-



Alinhada. Valéria Bolsonaro (PL) é próxima de Sonaira (Republicanos)

ma da Sonaira, tem acompanhado os trabalhos de perto, esteve na transição, é do PL. Ela tem todos os predicados para assumir — diz o deputado Gil Diniz (PL), um dos integrantes da bancada bolsonarista, criada em dezembro do ano passado.

Lucas Bove (PL), que também compõe o bloco informal ideológico, assina abaixo: — Valéria é totalmente ali-

nhada às nossas ideologias e seria uma representante do bolsonarismo no Executivo.

Sonaira tem boa relação com a deputada Valéria Bolsonaro e já disse a aliados que deve trabalhar pelo nome da parlamentar como sua sucessora, mesmo ela sendo do PL.

Correndo o risco de perder espaço no governo, o partido deve tentar emplacar uma liderança no lugar.

A deputada federal Maria Rosas (Republicanos) é um dos nomes cotados, pela sua atuação em prol de causas relacionadas às mulheres.

Nos bastidores do Republicanos existe uma insatisfação com o isolamento do partido nas decisões do governador. Dirigentes alegam não serem ouvidos nem terem as indicações para cargos na máquina pública acatadas por Tarcísio.

De qualquer forma, existe a expectativa de que o governador chame o presidente da sigla, o deputado federal Marcos Pereira, para conversar sobre vagas abertas no gabinete antes da saída de seus secretários.

Casada com um primo de segundo grau do ex-presidente Jair Bolsonaro, Valéria tem alta identificação com as pautas do parente e boa relação com a bancada.

O movimento da bancada bolsonarista para garantir uma aliada na Secretaria da Mulher ocorre após um ano de desgastes com o governador, acusado pelos parlamentares de se distanciar das pautas ideológicas. (Bianca Gomes e Guilherme Bastano)

Servidor do MEC acusado de atuar em esquema de pastores é exonerado

Luciano Musse atuaria em cobrança de propina na gestão Bolsonaro

Acusado de participar de esquema de cobrança de propina com pastores evangélicos na gestão Bolsonaro, o servidor Luciano de Freitas Musse foi exonerado de cargo comissionado no Ministério da Educação. A decisão foi publicada ontem no Diário

Oficial da União (DOU). A exoneração, assinada pelo ministro Vinícius Marques de Carvalho, da Controladoria-Geral da União (CGU), ocorre dois meses após investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) concluir que houve irregularidades na atuação desses pastores no MEC. A investigação foi aberta a pedido do Ministério Público junto ao tribunal a partir de denúncias de desvios de recursos da pasta e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O ex-gerente de projetos da Secretaria Executiva do MEC foi preso em maio de 2022 em operação da Polícia Federal que também prendeu o ex-ministro Milton Ribeiro e outras duas pessoas. Além de destituído do cargo comissionado, Musse ficou impedido de assumir cargos no Executivo federal por oito anos, conforme prevê a lei da inelegibilidade.

Nomeado em 2021, ele é acusado de atuar como mediador entre pastores e pastores, que ofereciam agilização de pagamentos para construção de escolas. (Julia Nogueira)

Vitrine CLASSIFICADOS DO RIO

Veja estas e outras ofertas no Caderno de Veículos

Polo Track

R\$ 79.990, + Taxa 0,99% EM 48X

Distac

Você encontra essa oferta na página 06 nos Classificados de Veículos.

Nivus MY24

R\$ 119.990, + Taxa 0%

Distac

Você encontra essa oferta na página 06 nos Classificados de Veículos.

Novo Virtus Highline

Bônus de R\$ 10.000, + Taxa 0%

Distac

Você encontra essa oferta na página 06 nos Classificados de Veículos.